

SESSÕES DO PLENÁRIO

34ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de abril de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 10, 11, 12, 16 e 30/03/2015.

Do Deputado Marcel Moraes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões

dos dias 17, 18 e 19/03/2015.

Do Deputado Pablo Barrozo comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 24/03/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por ter sido autorizada pelo Sr. Presidente Marcelo Nilo, com a palavra a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, deixando as piadinhas de lado, Srs. Deputados, Srs. da imprensa, minha assessoria que está presente, faço questão de ler um ofício que estou enviando ao presidente Marcelo Nilo. Quero pedir as nossas taquígrafas que registrem nos Anais da Casa, porque a forma diferenciada com que ele me está tratando não é correta. Nós somos uma Casa de iguais e não dá para o presidente me perseguir, cortar meu combustível e ficar fazendo demagogia, usando os meios de comunicação para me agredir, invés de fazer a discussão ou o debate das coisas que são pontudas aqui por mim.

Preste atenção, por favor, deputado Carlos Geilson, V.Ex^a que é defensor do Sr. Presidente.

(Lê):- *“Senhor Presidente,*

No último dia 02 de abril fui informada por minha assessoria e pelo superintendente de administração e finanças, Sr. Gervásio Prazeres de Carvalho, que havia sido suspenso o repasse quinzenal de combustível que me é destinado, na condição de deputada estadual.

Obtive a informação de que os recursos reservados a aquisição de combustível somente seriam repassados mediante requerimento formal, medida esta que, ao que me consta, nunca foi praxe da Assembleia Legislativa, nem tal exigência foi colocada aos demais deputados. As cotas de combustível, como são chamadas, sempre foram automaticamente encaminhadas, independentemente de requerimento, verbal ou escrito.

A mim parece que tenho sido destinatária de tratamento diferenciado, após ter-me posicionado contrariamente ao aumento da verba de gabinete, aprovado em 31 de março de 2015, como se quisessem me impor um constrangimento.

Daí porque requero a Vossa Excelência a regularização do repasse das cotas de combustível, sob pena de restar caracterizada a criação de obstáculos e impedimentos ao exercício do mandato parlamentar para o qual fui legitimamente eleita pelo povo baiano, o que certamente resultará na adoção de outras medidas que se fizerem necessárias, inclusive no âmbito do Poder Judiciário.

Sem mais para o momento, subscrevo atenciosamente.

LUIZA MAIA

Deputada Estadual – PT.”

Queria que as companheiras registrassem nos Anais da Casa e vou dar entrada

daqui a pouco, porque quero saber onde foi que Marcelo Nilo achou esse poder de cortar o meu combustível. Ontem mesmo fui a Rui Barbosa, e quero registrar que fui acompanhar e saber o que está ocorrendo com a sentença da Banda New Hit, uma banda composta por nove estupradores com mais um segurança que agrediu de forma cruel essas meninas naquela cidade, e até hoje essa sentença não foi publicada.

Infelizmente, chegamos lá e a juíza estava num juri e não pode conversar comigo, falamos apenas rapidamente. Mas a promotora Dr^a Marisa Jansen nos atendeu e deu a esperança de que até o final deste mês provavelmente a sentença da banda de estupradores será publicada. E o Movimento de Mulheres da Bahia, o Movimento Feminista, a Bancada Feminina e a Comissão dos Direitos da Mulher têm a expectativa de que eles sejam punidos. Porque não é possível um crime hediondo como é o estupro coletivo, comprovado nos autos, e esse pessoal fica aí, agora. Esta semana mesmo deram uma entrevista no *Bocão*, dizendo que não houve nada disso e que acharam um novo advogado para eles fazerem essas conversas fiadas no programa do *Bocão*.

Eu não tenho mais tempo, contudo quero só convidar todos para uma audiência pública amanhã, às 09h. Essa atividade, requerida pela Bancada Feminina, da qual, hoje, sou a Líder, e pela Comissão de Direitos da Mulher, presidida pela deputada Fabíola Mansur, é sobre o assédio moral e sexual no mundo do trabalho.

Estamos vendo também que, toda vez que é marcado, o julgamento do ex-Secretário Almiro Sena é prorrogado. Essa turma tem dinheiro e as vítimas não têm, e quem tem ajudado, inclusive, é o meu mandato, por meio da minha advogada, assim como ajudo as meninas vítimas da Banda New Hit. Não pode ser dessa forma.

Pedimos uma audiência com o Tribunal de Justiça para também tratar dessas questões, porque essas práticas acabam legitimando e banalizando a violência contra a mulher, como se isso fosse uma coisa natural.

Encerrei a minha fala, para V.Ex^a não brigar comigo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigada, deputada Luiza Maia.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Pablo Barrozo, a voz firme e forte que vem do Oeste da Bahia.

O Sr. PABLO BARROZO:- Quero saudar o nobre presidente, deputado Carlos Geilson, e os colegas deputados e deputadas.

Estamos num momento importante, simbólico, porque o governo do Estado comemora os seus 100 dias. Na verdade não são 100 dias, são oito anos e 100 dias com um governador que sempre esteve a frente das decisões importantes do nosso Estado. Infelizmente, o que vemos aí, deputado Marquinho Viana, deputado forte de Barra da Estiva e região, é que a segurança pública está cada dia pior. V.Ex^a vivencia isso! Nós sempre estamos perto de lá, por causa da representação dos municípios vizinhos. A cada quatro dias é assassinado um cidadão de bem na Região Oeste. Hoje, o governo comemora a diminuição dos índices na Região Metropolitana de Salvador, mas não apresentem nem os números. O governo apresenta apenas os índices, como

se não estivesse tratando de pessoas.

O governo é omissivo! O governador veio aqui e falou a todos nós que haveria providências nesse sentido, que aumentaria os grupamentos armados e especializados, mas nada fez. As pessoas vivem na insegurança dos seus lares. Infelizmente, o governador... Ontem, eu ouvi um colega, um deputado preparadíssimo, defender o governo, dizendo que o governador estava visitando os colégios e os hospitais para conhecer a realidade. Ora, que governador é esse que precisa, depois de oito anos trabalhando junto ao governo do Estado e de três meses de governo, visitar colégios e hospitais para conhecer a realidade do nosso Estado? A realidade é uma só! O governador tem é de colocar a mão na cabeça e liberar os recursos para que seja autorizado o concurso da Polícia Militar, para que os aprovados no concurso da Polícia Civil sejam chamados, para que seja concedido o aumento dos policiais militares.

No que diz respeito à educação, o governador vem dizer que construirá mais escolas e apresenta um Pacto pela Educação que só está no papel. É um Pacto pela Educação que só está no papel! Ele diz que beneficiará e que dará algum tipo de gratificação, de reconhecimento aos professores, mas não diz como! Ou seja, ele faz espuma! O governador, que deveria ser um exemplo para nós baianos, faz espuma a todo o tempo.

Engarçado, ele fala que construirá mais de 300 escolas, mas existem milhares e milhares de escolas no interior e na capital que estão aí, desde 2012, com as obras paralisadas. Começou e até hoje não foram concluídas. Mas diz que construirá mais escolas. Não diz como nem quando. Não tem planejamento, não tem projeto. É só blá-blá-blá! É só conversa fiada! E a população vivendo da mesma forma como viveu nos últimos oito anos.

Na região Oeste, deputados Adolfo Viana e Augusto Castro, há colégios que não têm cadeira para que os alunos possam se sentar. Eles chegam e assistem às aulas sentados no chão. E o homem fala em pacto pela educação!

Tenho certeza de que na região de Itabuna e Ilhéus não é diferente. Infelizmente essa é uma realidade que todos nós vivemos. Porto Seguro, principal município do interior da Bahia com foco no turismo, possui o maior índice de violência do Estado. Não se compara aos índices de São Paulo e Rio de Janeiro.

Se compararmos a Recife, capital de um Estado parecido com o nosso, veremos que ele está adiantado, e nós a cada dia mais indo para o fundo do poço. O governador só quer fazer espuma, aparecer e não ter responsabilidade nenhuma.

Gostaria realmente que ele deixasse de visitar as escolas e liberasse os recursos necessário para que elas comecem a funcionar. Não se pode deixar a população da nossa Bahia largada, abandonada como está.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sr. Deputado, antes de passar a palavra ao próximo orador, quero dizer que ouvi atentamente o discurso da deputada Luiza

Maia e gostaria de informar aos pares que por decisão da administração todos os deputados, inclusive eu, que queiram combustível têm de fazer o requerimento para o presidente da Assembleia, como é feito com diárias e auxílio moradia.

Desde que sou presidente, a solicitação de diárias é feita mensalmente. O mesmo acontece com a de auxílio moradia. Todos os deputados colocavam um assessor para assinar. Mas, tendo em vista a própria orientação do Tribunal de Contas, os que queiram - há deputados que querem x, outros que querem y, e tem o máximo - combustível têm de solicitar. Aliás, qualquer benefício para a estrutura do mandato deve ser solicitado pelo deputado.

Portanto, não existe aqui nenhuma perseguição a qualquer deputado. Estou presidindo esta Casa há oito anos, e nunca nenhum parlamentar acusou ter sido perseguido. Acho isso uma coisa menor para esta Assembleia.

Não vou de encontro à orientação da administração, que quer que o deputado solicite os benefícios para que possamos prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado. Então, se a deputada Luiza Maia quiser combustível, terá de solicitar, exceto se for uma decisão judicial. Não vamos liberar! Isso vale para os 63 parlamentares, inclusive para o próprio presidente.

Se V.Ex^a quiser falar, peça uma questão de ordem ou vá à tribuna discursar. Não vou aceitar que fale fora do microfone.

O Sr Sandro Régis:- Gostaria de fazer uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes, gostaria de parabenizar o meu querido amigo deputado Rosemberg Pinto pela passagem do seu aniversário. Desejo-lhe sucesso, muita paz e que V.Ex^a continue sendo este parlamentar que todos nós gostamos e admiramos. (Palmas!)

Comunicação inadiável do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, é com muita alegria que trago a esta Casa a decisão do processo que reintegra o deputado e agora de novo Soldado Prisco à corporação da PM: (Lê):- *“Diante deste quadro, cite-se o Estado da Bahia, na pessoa do seu Procurador-Geral, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, dê cumprimento à ordem mandamental proferida nos autos,...”* desse processo (...) *“procedendo à reintegração do exequente exonerado em 2002.”*

Hoje o Soldado Prisco volta à corporação da Polícia Militar. (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de saber quem decidiu isso aí.

O Sr. Sandro Régis:- Quem decidiu foi o desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Soldado Prisco, em nome da Assembleia, parabenizo V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

Antes, gostaria de registrar que hoje, terça-feira, aconteceram audiências nas seguintes Comissões: Especial da Promoção da Igualdade, presidida pelo deputado Bira Corôa. Parabéns!; de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo,

presidida pelo deputado Hildécio Meireles. Parabéns!; de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Vitor Bonfim. Parabéns!; de Direitos Humanos e Segurança Pública, presidida pelo deputado Marcelino Galo. Parabéns!; de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Joseildo Ramos. Parabéns!; de Saúde e Saneamento, presidida pelo deputado Alan Sanches. Parabéns!; e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, presidida pelo deputado Alex Lima. Parabéns!

Não funcionou apenas a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público. Quero registrar que o seu presidente, deputado Eduardo Salles, nos informou que haveria uma convenção nacional do seu partido, e nós o liberamos para que ele participasse desse evento político importante na Câmara dos Deputados.

Portanto, parabenizo as Comissões, que realizam sessões todas as terças, quartas e quintas-feiras, cumprindo com seus respectivos papéis.

Agora com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero saudar todas as crianças que nos visitam em nossas galerias, parabenizar o aniversariante do dia, o nobre parlamentar e amigo Líder do PT nesta Assembleia Legislativa, Rosemberg Pinto, e também o deputado Soldado Prisco, pela sua reintegração à Polícia Militar. Parabéns, Prisco! Você merece.

Sr^{as} e Srs. Deputados, ouvi atentamente o pronunciamento do colega Pablo Barrozo. Você foi muito feliz, deputado. Queria acompanhar o raciocínio de V.Ex^a, que relatou que lá em Barreiras a violência aumentou. Em Juazeiro não é diferente. Nos quatro primeiros meses de 2015, nós já temos um aumento de 20% dos homicídios na região, ou seja, sem sombra de dúvida a Bahia é um dos Estados mais violentos do Brasil. Isso não pode continuar.

O governo Rui Costa fez cem dias ontem, e não tem motivos para comemorar na questão da segurança pública. É um governo de continuidade. Foram oito anos do governador Jaques Wagner, período em que o atual Sr. Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, protagonizava junto com S.Ex^a as decisões do governo. Agora, com 100 dias como governador, este Estado não tem motivo algum para comemorar no quesito segurança pública.

Observei ontem, através do *Blog BahiaNotícias*, que a Prefeitura desenvolve um aplicativo com botão de pânico para passageiros informarem assaltos em transportes coletivos.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, deputados Sandro Régis, Líder da Oposição, e Augusto Castro, quero a atenção de V.Ex^{as}. Em 2012 apresentei nesta Assembleia Legislativa um projeto idêntico a esse que Dr. Fábio Mota vai desenvolver na cidade de Salvador: o botão de pânico para transporte coletivo. Apresentei-o naquele ano, mas esta Casa não apreciou.

Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, gostaria de contar com V.Ex^a para que votássemos o mais rápido possível este projeto. Por que devemos votá-lo com urgência? Porque a Bahia é o terceiro Estado com mais assaltos a ônibus

interessaduais no Brasil. E a cidade de Salvador tem 600 assaltos a ônibus só em 2015.

Já na Região Metropolitana de Belo Horizonte, especificamente na cidade de Santa Luzia, praticamente acabaram com os assaltos a coletivos. Eram quatro por dia, deputado-aniversariante, Rosenberg Pinto. Depois que esse sistema foi implantado lá, reduziu-se o número de assaltos a quase três por mês.

Este projeto do botão do pânico foi apresentado por mim, o deputado Adolfo Viana, na Legislatura anterior a esta. E eu gostaria de contar não só com os parlamentares de oposição, mas também com os colegas da base do governo.

Este não é um projeto dum partido político. É um projeto para ajudarmos a Bahia a resolver parte do problema da segurança pública. Já disse algumas vezes aqui desta tribuna e vou repetir agora: não vamos resolver o problema da segurança pública no nosso Estado com um projeto milagroso. São vários projetos que irão dificultar as ações dos criminosos, e assim a Bahia pode deixar de ser o destino preferencial do crime organizado.

É por esse motivo que peço aos Líderes do Governo e da Oposição, deputados Zé Neto e Sandro Régis, que possamos dispensar as formalidades para votarmos este projeto o mais rápido possível. Sem sombra de dúvida, quem ganhará com isso é a população que usa o transporte coletivo.

Tenho certeza, e foi dito pelo presidente Marcelo Nilo, que nesta Legislatura iremos apreciar mais projetos de parlamentares. No momento em que a prefeitura implanta esse projeto na capital, espero que esta Assembleia tenha a mesma responsabilidade para que possamos adotar o mesmo procedimento em todo o Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Alan Sanches, por permuta, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas e demais cidadãos que nos acompanham através da *TV Assembleia*, na verdade hoje eu gostaria de chamar atenção de V.Ex^{as}. Primeiro, do meu amigo Pablo. Chamar atenção, não. Não é, deputado? Quem sou eu para chamar atenção de V.Ex^a?

Na realidade, o governador Rui Costa realmente participou do governo e inclusive foi vereador comigo. Tive esse prazer de sermos colegas durante dois anos, mas a visão de um secretário - isso sem fazer a defesa de governo ou do que quer que entendam - é diferente de quando ele está no poder como governador. A partir do momento em que está no poder como governador, ele começa a ter um olhar diferenciado para aquilo. E o mote dele, que ele tem feito desde o início, é a educação. Então, acredito que irá fazer esse investimento.

Estive inclusive em Santo Antônio acompanhando-o fazendo realmente essas visitas às escolas municipais e estaduais. E a minha esperança é que isso traga frutos para a nossa educação e consigamos ajudar tanto o município como a Bahia. Quem ganhará são as nossas crianças, que são o futuro do nosso Estado.

Nesta terça-feira gostaria de chamar atenção da prefeitura, deputado Pablo, e do Estado igualmente. Da prefeitura, com relação... V.Ex^{as} sabem que eu gosto de andar, de correr na Orla e, às vezes, também em Pituaçu. Passando ali, a gente pode perceber, como em Amaralina na parte nova que foi feita, que começa a cair aquela calçada, o que pode trazer um prejuízo a quem estiver andando. E um prejuízo ainda maior à sociedade local.

Então, por que não fazer logo uma intervenção? Você anda um pouquinho mais à frente após Amaralina, isto é, antes de chegar às baianas de acarajé, e depois delas é a mesma coisa. Até já tem alguns tapumes que são colocados pela prefeitura para que a pessoa não se machuque. Chegando um pouquinho mais à frente, no Parque Costa Azul, você vê mais uma vez uma grande cratera. Claro que tivemos umas chuvas exageradas, mas estão lá mais uma vez os tapumes. Se a gente não tomar cuidado, isso fará aniversário.

Aí, você anda um pouquinho mais à frente - vejam o meu trajeto como é longo -, e no antigo Clube Bahia também tem uma cratera enorme. Sei que tivemos agora um castigo muito grande com essas chuvas.

Mas nós precisamos, realmente, dar celeridade a isso, porque, senão, aquela cratera vai aumentar e aumentar cada vez mais podendo causar acidentes. Isso já aconteceu no Costa Azul uma vez. Eu não sei se a deputada Maria del Carmen estava lá àquela época. A cratera começou a invadir a pista. Isso pode acontecer novamente.

Com relação ao Parque de Pituaçu, eu fiquei abismado. Há dois meses, eu fui correr e existe, efetivamente, um serviço de vigilância que, talvez, nem o governo do Estado esteja sabendo disso. São 14,5 km. E você só acha vigilância se você vier sem ser pelo lado da bicicleta até chegar a uns 3,5 km, que é o local onde tem uma represa. Até ali, você tem vigilância. Quanto aos 11 quilômetros restantes, você não tem vigilante, gente! Eles têm moto e podiam estar fazendo este serviço de segurança.

E o que acontece? Ali é um parque importantíssimo para Salvador. Mas o cidadão pode ser prejudicado pela falta de segurança. Existe a segurança. Há diversos vigilantes. Eu não posso nem dizer que são 10, pois a quantidade de vigilantes era maior. Só que eles ficam, apenas, na sede do Parque Metropolitano de Pituaçu e, assim, colocam em risco a vida do cidadão quando eles deveriam estar fazendo, exatamente, a proteção.

Acho que o Parque de Pituaçu precisa, realmente, ter uma atenção maior na vigilância. Estou chamando a atenção, hoje, 14 de abril, sobre isso, porque podemos ter um problema de segurança ou um problema mais sério com um cidadão da nossa cidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Com a vossa tolerância, Sr. Presidente, acho que devemos, realmente, ter uma atenção diferenciada com isso. E, também, há de se ter a revitalização do parque. Não é possível que a última revitalização tenha ocorrido há mais de 10 anos no Parque de Pituaçu! Este é um parque importante para a cidade. O governo do Estado precisa ter um olhar mais carinhoso para o Parque de Pituaçu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvintes das Galerias Paulo Jackson, amigos que nos assistem através da *TV Assembleia*, nós fizemos o levantamento, ontem, das grandes obras que o governo – que já tem 8 anos e 100 dias – prometeu ao povo baiano. E assim levou e vai levando os baianos na flauta.

O governo do Estado, melhor, do continuísmo, lá atrás, prometeu aos baianos, com toda a pompa, a ponte Salvador-Itaparica. Esta brincadeirinha de ponte Salvador-Itaparica gerou, em consultorias, Srs. Deputados, a quantia de R\$90 milhões deste governo que dura 8 anos e 100 dias.

Como não se bastasse a construção da ponte Salvador-Itaparica, foi, também, prometida a ponte Ilhéus-Pontal. Tal obra começou na campanha e, hoje, está paralisada, melhor dizendo, cem por cento paralisada. Esta obra tinha um prazo de execução de 720 dias e o seu valor era de R\$175 milhões. Se você atravessar a ponte, sequer tem um trabalhador no local.

Aí, veio, também, a velha promessa da duplicação da BR-415 que liga Ilhéus a Itabuna. Esta obra da duplicação desta estrada se renova a cada dia no governo do continuísmo ou no governo dos 8 anos e 100 dias. Todos os dias, as promessas são renovadas.

Aí, veio o oceanário. Tal obra foi prometida pelo governo dos 8 anos e 100 dias, ou seja, pelo governo do continuísmo.

Deputado Pablo, essas obras são prometidas. Há gasto com propaganda e com mídia. Depois, nem sequer, toca-se mais no assunto. Eles pensam que o povo da Bahia é besta ou que os baianos não estão atentos às promessas eleitoreiras, que não saem do papel.

O oceanário foi uma obra que existiu, apenas, na ficção do ex-governador Jaques Wagner e do então gerente do governo e, hoje, governador Rui Costa. A elaboração do projeto, contratado em janeiro de 2013, custou R\$2,7 milhões, repito, R\$2,7 milhões. Foi dinheiro jogado fora! Isso, somado aos R\$95 milhões da ponte Salvador-Itaparica, dá um outro montante.

E vem mais! Há o Complexo Porto Sul! A ferrovia está parada na região de Jequié, onde já foram demitidos mais de 600 funcionários. As promessas vão-se renovando.

E, aí, quero levantar uma questão para alguém nos responder.

Vejam bem, ou o governo Rui Costa foi muito competente em quebrar o Estado em 100 dias de governo ou o ex-governador Jaques Wagner não passou a realidade do Estado para Rui Costa que recebeu esta herança maldita.

É esta a dúvida hoje!

Repetirei para não haver dúvida. Vejam, ou ex-governador Jaques Wagner não

passou a realidade do Estado para o atual governador Rui Costa; ou o governador Rui Costa foi tão competente que quebrou o Estado da Bahia em, apenas, 100 dias de governo.

Este é o legado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concluindo, Sr. Presidente, o Líder Alan disse, aqui, que o governador Rui Costa era secretário, portanto, não tinha visão do governo. Então o deputado Alan defende que o governador Rui Costa foi enganado pelo ex-governador Jaques Wagner, que não lhe passou as informações da situação real do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para concluir, Sr. Presidente, o que falo aqui diz respeito aos dados do governo de 8 anos e 100 dias, o governo do continuísmo.

Muito obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, como fui citado, gostaria de esclarecer para não haver dúvidas. Eu falei que Rui Costa tinha a visão de secretário. A partir do momento em que Rui Costa se sentou na cadeira de governador, ele passa a ter a visão de governador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Está esclarecido.

Com a palavra o deputado Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Nobre presidente, nobres deputados, tive a felicidade de visitar, novamente, o reduto do nobre deputado Luciano Ribeiro: Caculé e Licínio de Almeida.

Em Licínio de Almeida, participei do aniversário da cidade. À frente da administração pública, está o grande prefeito Alan Lacerda que já ganhou diversos prêmios na área da educação. Nobre presidente, pude observar o prestígio que aquele prefeito goza junto à população, pois quando se sai às ruas acompanhado do prefeito Alan, as pessoas o elogiavam com satisfação pelo belíssimo trabalho na área da educação que, repito, já ganhou diversos prêmios. Inclusive foi o município baiano que ganhou o melhor IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Então, as pessoas já estão com saudades do prefeito Alan.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, também estive na querida Caculé, do nobre deputado Luciano Ribeiro, e vi que é um município próspero, município que foi muito bem administrado nos seus 8 anos de mandato. Hoje está à frente o nobre prefeito que, com certeza, não está tão bem como o deputado Luciano quando dirigiu o município por 8 anos. Mas como ele tem mais um ano e quatro meses de mandato, espero que melhore um pouquinho mais, porque Caculé é uma cidade bonita, uma cidade que foi muito bem administrada pelo deputado Luciano Ribeiro, que tem o prazer de o seu pai ser de lá do nosso Triunfo, Sincorá e Barra da Estiva.

Então, Luciano, parabéns a V.Ex^a pelo seu mandato, pude observar que lá o município foi bem cuidado nesse período de 8 anos.

Eu queria, nobre presidente, falar também aqui que às vezes os deputados vêm à tribuna e se queixam do governador Rui Costa, embora o governador tenha sido secretário durante o período todo do governo Wagner, apenas um período teve que se ausentar para se candidatar a deputado federal e assumir parte do mandato, o governador Rui Costa demonstrava que conhecia a administração. Mas todo início de mandato tem os seus problemas, é o ajuste de funcionários, o ajuste de secretários, embora ele esteja pegando um governo de continuidade, mas o Rui Costa tem demonstrado, com a sua equipe...

Estive em várias secretarias fazendo reivindicações, agora, Sr. Presidente, só peço e reivindico aquelas obras que podem sair. Eu não posso ter pedido de obras faraônicas. Essa área de sistema de água, na área da segurança pública, tão criticada, fui recebido pelo comandante da PM, muito bem recebido.

O governador Wagner havia prometido fazer em Barra da Estiva, para tomar conta daquela região, de seis municípios, uma companhia independente, e ele disse: olha, a companhia independente no momento não podemos atender, mas aumentarei o efetivo, aumentarei o número de viaturas para dar um suporte e atender aos municípios de Ibicoara, Mucugê, Ituaçu, Tanhaçu e Barra da Estiva.

Então, nobre presidente, acho que nós deputados temos que ter um pouco de paciência e esperar o governador arrumar direitinho a casa, embora tenha pegado arrumada do governador Wagner, mas precisa de um pouco de fôlego, arrumar a sua administração, colocar o governo do Estado com a cara do governador Rui Costa. E todo o seu secretariado tem feito um bom trabalho, buscando atender ao governador Rui Costa, acho que o governador está muito acelerado, exigindo tudo na mesma hora, mas o governo do Estado não pode atender.

Claro que tem serviço do governo do Estado que você não pode esperar, é o caso da secretaria da Educação. Mas, com certeza, o comandante da PM e o subsecretário Ari, que tem feito um bom trabalho, e espero que o governador Rui Costa faça um belíssimo trabalho como fez o governador Wagner nesse período de 8 anos.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância do tempo.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Fabíola, Maria del Carmen, eu queria, até porque já me pronunciei de outras vezes, dizer, como o nosso presidente Marcelo Nilo diz que esta Casa é dos iguais, diferente, deputado Targino, dizer que mesmo fazendo parte da Base do governador Rui Costa, da presidenta Dilma, mas discordo totalmente quando o PT, a própria presidente e o seu grupo não comungam, não são favoráveis à diminuição da maioria penal.

Acredito que já está na hora de o Brasil diminuir de 18, no mínimo para 16 anos, para penalizar esse malandro, esses marginais que a cada dia cometem crimes absurdos no nosso País. É claro que todos nós sabemos que as cadeias brasileiras não oferecem condições, não de botar a criança – crianças, não, porque com 16 anos eles já estão mais sabidos, mais malandros do que os malandros, não são mais crianças. É claro que as cadeias do País, os presídios, deputado Carlos Geilson, não oferecem condições de reeducar, ressocializar para voltar à sociedade. Mas a minha pergunta, que acredito que é a pergunta de 90% do povo brasileiro, que apoia a redução da maioria penal, quando é que o Brasil, deputado Fábio Souto, vai ter cadeias como elas deveriam ser?

Então, é melhor botar na cadeia esses que tiraram a vida, que barbarizam, que tanto sofrimento levam a milhares de famílias do nosso País, do que ficar jogando, vamos dizer assim, para a plateia, e deixando esses malandros, marginais que sabem mais do que todos nós o que deve ser feito, o que é errado e o que é certo, sem ir para a cadeia.

Queria também, nestes dois e meio minutos que me restam, dizer que é natural, deputado Joseildo, que a Oposição faça aqui a sua parte, que critique o governador Rui Costa, que tem apenas três meses de governo. É claro que o governador Rui Costa foi o braço direito do governador Jaques Wagner, e isso é uma vantagem para a administração da Bahia, até porque o governador está tomando medidas duras, mas medidas que precisam ser tomadas: extinção de cargos que não justificavam mais, fusão de outros para que a máquina funcione melhor. Tivemos hoje pela manhã uma reunião como o governador, e eu não tinha dúvida do seu trabalho incansável, da sua intenção de melhorar, deputado Luciano, os índices de violência, da saúde... Agora, não adianta, homem nenhum, qualquer que seja que estivesse hoje com as condições econômicas da Bahia, com as condições econômicas do Brasil, não faz milagre.

A Oposição faz aqui a sua parte em criticar, mas não vamos mudar os índices vergonhosos, claro, gostaria de dizer, da saúde, da segurança, da educação, de todas essas estruturas que falamos aqui. É um problema grave que já vem de outros governos, cada governo dando a sua contribuição. E o que a gente espera é que cada um, e eu tenho certeza que o governador Rui vai fazer... Agora mesmo, ele nos dizia, deputado Hildécio, V.Ex^a que tem sido um crítico feroz do governador Rui, ele vai encerrar, vai rescindir, deputado Hildécio, deputado Luciano, os contratos com a maioria dos prestadores de serviços dos hospitais e vai contratar uma consultoria independente para auditar – coisa que nunca foi feita – esses hospitais todos da Bahia, porque a malandragem é muito grande. O desperdício é muito grande. Temos médicos que há 10 anos não trabalham, enfermeiros que sumiram do trabalho. Isso é na área da saúde, da educação, e o governador está tendo a coragem...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Concluindo, Sr. Presidente.

O governador Rui Costa sabe onde atacar e está tendo coragem para fazê-lo, deputado Luciano. É claro que só Deus para fazer milagre para mudar a situação da

Bahia, que é deficitária, 24º Estado em receita per capita do Brasil, de uma hora para outra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente Marquinho Viana, nobres deputados e deputadas desta Casa, caros pares, senhores nas galerias, nossos companheiros e companheiras funcionários desta Casa, a imprensa aqui presente, queria falar que hoje está se realizando nesta Casa, que é da dureza, da disputa política, um momento de ternura. Está acontecendo a III Mostra de Dança, justamente para celebrar o Dia Internacional da Dança, comemorado em 29 de abril. O evento culminará em uma sessão especial para fazermos uma grande homenagem a 4 expoentes dessa arte, dessa linguagem cultural importante.

Então, faremos uma homenagem que foi aprovada nesta Casa, com a Comenda Dois de Julho, à coreógrafa Lia Robatto, precursora da dança deste Estado, mulher determinada na sua luta. Outra companheira importante é Dulce Aquino, que tem uma trajetória não só na resistência política, como também na cultura deste Estado. Homenagearemos o mestre King, que foi o precursor da dança, introduzindo ali a matriz africana, a dança dos orixás, combinando isso com a dança clássica e que foi o primeiro homem a se formar como dançarino neste Estado. Também homenagearemos o bailarino Carlos Costa, que tem uma história muito importante para a cultura e para a dança neste Estado.

Assim, os deputados podem aproveitar também, durante a tarde de hoje, no auditório desta Casa, um momento terno, belo e importante, porque a cultura é um elemento fundamental para o processo de civilização da humanidade. Então, convido vocês para esse momento e também para estarem presentes nessa sessão especial que acontecerá na quinta-feira, às 10 horas.

Queria falar que na segunda-feira não ouvi nenhuma declaração dos deputados, no Plenário, sobre as manifestações que ocorreram nas ruas deste País. São manifestações legítimas, num país democrático – forma de governo que nos custou muitos esforços para ser construída. Claro que houve alguns exageros: algumas manifestações ilegais, fascistas, antidemocráticas que pediam o retorno da ditadura. Mas, no seu conjunto, ali estava a classe média brasileira, alguns segmentos até com justas reivindicações, porque tiveram perdas e estavam na rua para protestar.

Contudo, começaram a aparecer os reais motivos das manifestações: a Direita brasileira joga todo o peso para destituir, de forma antidemocrática, a presidente Dilma. E aí no Congresso Nacional começam a aparecer os reais motivos.

Essas são as intenções da Direita deste País, a qual pertencia o deputado Adolfo Menezes, que aprovou a chamada Lei da Vadiagem, que criminalizava negros

e pobres recém-libertos e desempregados. Não se fez uma reforma agrária neste País, e o que restava à burguesia branca exploradora era colocar na cadeia os pretos e os pobres.

E, hoje, está, aí, a mesma cantilena. O Congresso Nacional aprova com toda a estupidez e com a gravidade da exploração do homem pelo homem que ocorre neste País. De novo, há de se admitir que a maioridade penal seja reduzida para 16 anos.

Quanto ao que o deputado Adolfo Menezes fez aqui, isso foi um discurso emocional, pois não existe base nenhuma, na realidade, para combater e prender os pobres e, principalmente, a maioria negra que, com certeza, será criminalizada.

Está provado estatisticamente que os assassinatos, no universo dos 50 mil, feitos ano a ano, só 1% é de autoria de menores. Em realidade, é o contrário, pois 36% das vítimas são, justamente, os jovens. A qualidade do que são rotulados e, ali, registrados como crimes é, justamente, a maioria de crimes contra o patrimônio em uma sociedade consumista, extremamente individualista e que estimula a violência pelos seus meios de comunicação. E, ali, em segundo lugar, está a questão das drogas e do seu tráfico que, somando, dá o total de 26%.

Mas sabemos que a juventude é vítima deste mercado de drogas. Eles são, apenas, os contratados enquanto os verdadeiros contratantes não são punidos.

Então, reduzir a maioridade para quê?

Você já tem, aí, a lei de adolescentes que permite a posição e que obriga o Estado a fazer a ressocialização. Sabemos que os índices são, apenas, de 12% de reincidência. No entanto, nas cadeias, esses índices alcançam a margem de 70%.

Então, vamos pegar a nossa juventude, prender e entrar, definitivamente, para a universidade do crime. Isso seria arregimentado pelas organizações criminosas.

Que sociedade é esta? Que estupidez que se aproveita de um outro crime que emociona e que contagia a sociedade?

Não significa que isso seja jogar para a plateia como aqui falou o deputado Adolfo Menezes. Vejam, sabemos que o senso comum, hoje, na população brasileira, não concorda com tal afirmativa. Em cada 10 pessoas questionadas, apenas 1 pessoa é contra a redução maioridade penal. Jogar para a plateia é, realmente, falar a favor desta estupidez contra a nossa juventude, uma vez que a juventude tem de ir para a escola e a juventude tem de ir para a universidade.

Então, quem quer agradar a opinião pública vem para cá fazer um discurso reacionário. O pior discurso que uma elite pode fazer é condenar a sua juventude à prisão. Nós somos contra esta conduta.

A Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública realizará, aqui, uma sessão especial com as presenças da ex-ministra Maria do Rosário, do deputado federal Jean Wyllys e demais autoridades para discutirmos as possibilidades com profundidade.

Há, também, um projeto de lei no Congresso Nacional mais estúpido ainda, porque criminaliza uma criança até com 12 anos de idade! O que um deputado federal desse tem na cabeça? Observem, a bancada da bala, naquela Casa, vem defendendo esta estupidez.

Então, nós temos de ter razão neste momento! Não é emoção! Não é o agradar simplesmente. Mas é preciso ter coragem de ir contra tal corrente.

Sabemos que a violência é grave, que assusta, que causa um estresse profundo à sociedade, mas não é dessa forma que vamos resolver. Mais um achado da direita, que se aproveita da crise e corre. Eles querem acabar com o Mais Médico, querem acabar com a partilha do Pré-Sal, que permite recursos para investir na educação e na saúde. Nós sabemos que um dos atores fundamentais para que acabemos com a violência são os educadores. Sem dinheiro para a educação, sem dinheiro para a saúde, como é que se vai educar a nossa juventude?

E, aí, vem uma lei muito mais grave, que é a maior derrota dos trabalhadores deste país, quando se quer precarizar as leis do trabalho, se quer acabar com a CLT e se quer justamente voltar ao período em que a escravidão predominava. Vejam os senhores que das 36 empresas que foram investigadas e que houve libertação de trabalhadores das formas análogas de escravidão, 35 delas eram empresas terceirizadas. Essa é que é a realidade. E agora uma lei no Congresso Nacional das mais retrógradas, e os trabalhadores brasileiros vão reagir, essa lei permite a precarização e a terceirização nas atividades-fim. Isso significa que se houver uma universidade particular, os serviços de terceirização não vão ser mais para manutenção de máquinas, para limpeza e higiene, e sim para os professores. Os trabalhadores não vão saber quem são seus patrões de verdade. E sabemos que a precarização hoje, na nossa realidade, 80% dos acidentes de trabalho se dá com os terceirizados. Sabemos que é uma falácia, que isso não vai aumentar emprego coisa nenhuma em nosso País. Ao contrário, vai diminuir, porque está provado que o terceirizado trabalha 30% a mais que o contratado. Isso vai trazer preconceito dentro das empresas.

Temos o exemplo na Petrobras, sabemos como funciona com a maioria dos terceirizados, eles são vistos de forma diferente, são desqualificados quando têm relação de trabalho diferente. Sabemos, com certeza, que o que vai haver é menos arrecadação, porque o emprego não vai ser formalizado.

Então essa é a realidade, isso é o que querem esses aproveitadores da direita. E aí bota a classe média... Quem governa essas manifestações é a Rede Globo, que é o grande ideólogo, o condutor da massa, porque a direita, essa perdeu a sua capacidade organizativa, a sua capacidade de organizar seus partidos. Estão aí esfacelados por todo tipo de agremiação. E aí vem a questão do financiamento privado de campanhas, justamente essas empresas que conseguiram aprovar no Congresso, inicialmente na Câmara Federal, com certeza vai para o Senado, mas esperamos que não seja aprovado. Que os senadores tenham a consciência presente do século XXI, do avanço, da necessidade de essa sociedade consolidar a sua democracia, que significa igualdade, significa uma economia capaz de incorporar e partilhar todos os benefícios de uma sociedade assim, como a de um país rico, de uma potência econômica.

Também temos o exemplo de Portugal, do que aconteceu ali quando precarizaram e flexibilizaram as leis do trabalho. A cada dez trabalhadores

contratados, seis são estagiários ou estão em condições extremamente precárias de trabalho.

O Sr. Joseildo Ramos:- Um aparte.

O Sr. MARCELINO GALO:- Deputado Joseildo Ramos, V.Ex^a que pediu um aparte, é essa a realidade de uma lei retrógrada, perversa. Mais uma vez aqueles que lá atrás negaram aos escravos o direito à terra, à educação e também à saúde hoje se manifestam dessa forma.

Com o aparte ao deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Marcelino Galo, estou ouvindo-o com bastante atenção e quero parabenizá-lo pelos temas que traz à baila. Por incrível que pareça, no dia 08 de abril votaram essa verdadeira anomalia no processo do Parlamento brasileiro, que hoje tem a sua face mais conservadora inaugurada nesta Legislatura do Congresso Nacional.

E observem que não estou aqui falando da CLT, como se ela tivesse de parar no tempo tal qual surgiu há 70 e poucos anos. Naquela época, representou um avanço muito grande. Hoje é preciso ajustá-la à realidade. O que aconteceu na prática foi uma iniciativa criminosa no sentido de desregulamentar o mercado de trabalho neste País.

O que ocorre atualmente no México e nos Estados Unidos, que é a Nação mais poderosa também do ponto de vista dos interesses do trabalhador, serve de exemplo. E nós aqui em nosso País não podemos dar a mão nem nenhum espaço para precarizar as relações entre o capital e o trabalho.

Observe V.Ex^a que a terceirização não tem como pano de fundo nenhuma lei que a regulamente. Há uma fragilidade muito grande da legislação e ela é pautada numa decisão de 93 do Tribunal Superior do Trabalho, numa súmula, a de nº 331. Então, essa lei acolhe esses 12 milhões de trabalhadores brasileiros, mas chama para a precarização o restante de um mercado que importa em 48 milhões de brasileiros. Portanto, esta Casa tem de se debruçar sobre essa matéria.

Inclusive queremos convidar a todos, deputado Marcelino Galo, desta sexta-feira a oito, para a abertura dessa discussão, já que a Bancada federal baiana, na sua grande maioria, votou contra essa lei espúria que sem sombra de dúvida trará um prejuízo muito grande para a normalidade das relações entre o capital e o trabalho

Parabenizo V.Ex^a pela lucidez com que está tratando essa matéria nesta Casa.

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço e peço que seja incorporado o aparte do nobre deputado.

A Sra. Maria del Carmen:- Um aparte.

O Sr. MARCELINO GALO:- Um aparte para a deputada Maria del Carmen.

A Sra. Maria del Carmen:- Deputado Marcelino Galo, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento quando traz à Casa nesta tarde dois temas tão importantes como os que V.Ex^a está tratando.

Tentar a redução da maioridade penal é apenas imaginar que vamos ter nas nossas prisões negros e pobres, porque nos órgãos que hoje atendem e fazem a ressocialização de jovens, não se encontra nenhum jovem branco, ou quase não

encontra, e não se encontra jovens de classe média. Você encontra jovens das nossas periferias como negros, pobres. Portanto, isso é algo que nós não podemos admitir e tampouco a sociedade brasileira pode admitir que tal fato venha a acontecer.

Creio ser necessário uma mobilização cada vez maior no sentido de debater isso que está sendo colocado, com muita ênfase, por todos aqueles, como V.Ex^a, que defendem a questão dos direitos humanos, que têm preocupação com esta matéria.

Logo, é uma falácia dizer que a redução da maioridade penal significa diminuir a criminalidade. Os índices demonstram, claramente, que o número de jovens e de adolescentes que têm, entre 16 e 18 anos, cometido crimes são muito menores do que os outros, são índices muito reduzidos.

Portanto, nós queremos parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e, ao mesmo tempo, queremos nos associar a esta manifestação que V.Ex^a traz, hoje, aqui, de desacordo com a tal proposta. Creio que todas as entidades, ligadas à área de direitos humanos, pensam assim. A nossa presidenta Dilma já repetiu e já colocou, de público, a sua posição contrária a esta matéria assim como o ministro da Justiça por sua vez também.

V.Ex^a, também, traz outro tema de extrema importância, pois é, até, difícil de classificar o que significa este trâmite de tal projeto de lei no Congresso Nacional. A atual proposta retira direitos do trabalhador. A nosso ver, melhor, na visão de muitos analistas, tal projeto de lei é inconstitucional, porque retira direitos assegurados de justiça social presentes em nossa Constituição quando diz que o trabalho tem uma função social. Então, portanto, acho absurdo caso isso venha a ser implantado.

Ontem, ouvia o programa *A Voz do Brasil* e um ministro do Tribunal Superior do Trabalho considerava e chamava a atenção para os congressistas da necessidade de se votar contrário a este projeto de lei.

Portanto, temos de continuar nesta luta. Os movimentos sociais se juntam, amanhã, a todos os sindicatos e às forças vivas dos trabalhadores para protestar, a nível do Brasil, contra este crime que está sendo perpetrado contra o trabalhador.

O deputado Joseildo Ramos colocou, aqui, o que significa aprovar este projeto de lei para o trabalhador brasileiro.

Isso nos dá muita tristeza, deputado Marcelino Galo, assim como tenho certeza de que dá muita tristeza, também, a V.Ex^a ao ver alguns líderes sindicais que, em algum momento no passado, lá atrás, estiveram em defesa dos direitos dos trabalhadores e, hoje, esses mesmos líderes, ainda, se arvoram ao fazer críticas ao nosso governo, melhor, ao governo do Partido dos Trabalhadores e dos partidos aliados que compõem a base. Esses mesmos líderes do passado tiveram a coragem de votar contra os trabalhadores.

Portanto, parablenzo V.Ex^a pelos temas abordados. E me coloco junto à trincheira da luta contra a redução da maioridade penal e contra este projeto de lei que altera itens trabalhistas, de forma perniciosa, para os trabalhadores brasileiros e para as trabalhadoras brasileiras.

O Sr. MARCELINO GALO:- Nobre deputada Maria del Carmen, agradeço o seu aparte e, ao mesmo tempo, incorporo-o ao nosso pronunciamento.

Gostaria de dizer, também, nobre deputada, que, amanhã, a classe trabalhadora, enfim, os pobres, melhor, aqueles, que ascenderam socialmente, farão uma mobilização para cima. Graças a este projeto político, eles vão sair do sofá, porque já se cansaram de ver a classe média desfilando nas avenidas e vão reagir, porque, aí, se trata de, justamente, retroceder. Isso significa uma retomada do obscurantismo. Isso significa um verdadeiro corte nos direitos das classes trabalhadoras deste País.

Então, mexeu, de forma muito dura nos direitos que, com certeza, amanhã, com a greve geral, com a paralisação, as classes trabalhadoras acordarão e reagirão, iniciando a construção de uma reação vitoriosa.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fabíola Mansur):- Obrigada, deputado Marcelino Galo.

Fim do tempo do Grande Expediente. Horário das Lideranças Partidárias. Concedo a palavra aos representantes do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB, dividindo o tempo o nobre deputado Bobô pelo tempo de 5 minutos e o nobre deputado Alex Lima pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fabíola Mansur):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr^a Presidente, gostaria de pedir que o Líder do Governo indique os oradores para o tempo do Governo.

A Sr^a PRESIDENTE (Fabíola Mansur):- V.Ex^a tem nesta presidente que preside também os trabalhos a única representante desse bloco, e já tinha sido pré-acordado.

O Sr. Targino Machado:- Então, é pertinente a minha questão de ordem, Excelência.

V.Ex^a, enquanto presidente, não poderia fazê-lo.

A Sr^a PRESIDENTE (Fabíola Mansur):- Estava pré-indicado anteriormente.

O Sr. Targino Machado:- Não existe pré-indicação. V.Ex^a ou quem estiver no lugar, tomando assento na presidência, precisa solicitar do Líder partidário da Liderança do bloco que indique.

A Sr^a PRESIDENTE (Fabíola Mansur):- Ok, deputado Targino, V.Ex^a será atendido.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Indico os deputados Bobô pelo tempo de 5 minutos e o deputado Alex Lima pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Bobô pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Boa-tarde, deputados e deputadas, eu quero fazer um registro

nesta Casa sobre o encontro realizado na Região Norte do Estado da Bahia, no último sábado, especialmente Senhor do Bonfim, um encontro pluripartidário onde muitos deputados participaram, prefeitos, vereadores, pessoas do povo, a sociedade civil organizada, com uma única preocupação, que é o desenvolvimento socioeconômico do território do Piemonte Norte do Itapicuru.

Eu quero deixar registrado aqui os meus agradecimentos, porque foi através do meu mandato que fizemos esse chamamento, e alguns deputados desta Casa compareceram, outros não puderam por conta da sua agenda, mas eu quero deixar o meu abraço, o meu carinho e o meu agradecimento ao deputado Roberto Carlos que esteve presente, à deputada Fátima Nunes, que, aliás, estava aniversariando naquele sábado e mesmo assim se deslocou até à cidade de Senhor do Bonfim prestigiando o evento, entendendo a importância daquele encontro, e mais ainda, assumindo a responsabilidade já que Fátima também foi votada naquele território. E ficamos muito felizes quando um deputado faz um convite e os colegas participam, defendendo uma bandeira, que é a bandeira de inclusão, da oportunidade e, acima de tudo, de desenvolvimento econômico de um território que precisa muito.

Eu quero também agradecer ao deputado Daniel Almeida, que esteve presente, ao deputado Zó, portanto foram cinco deputados que participaram desse encontro, o secretário Gerônimo, também da SDR, o representante da Secretaria de Recurso Hídricos e oito prefeitos. Na realidade, isso demonstra uma preocupação de toda a sociedade local e daqueles deputados que lá estiveram, filhos ou não daquele território, mas que foram buscar votos para se reeleger ou para se eleger, sempre assumindo compromisso com o território.

Então, fica meu agradecimento a todas as pessoas citadas, aos vereadores e ex-prefeitos. Fico muito feliz porque foi muito produtivo o encontro que começou às 9 horas da manhã e se encerrou às 15h30, com a participação ativa da população, com pouco mais de 200 pessoas que participaram em Senhor do Bonfim. Foram discutidas as necessidades, deputada Fabíola, de investimento por parte do governo estadual, claro, e também do governo federal no que tange ao desenvolvimento daquele território.

E olhem que não são poucas as coisas que a gente ouviu. É interessante o fato de que esse encontro antecede o PPA e desse encontro sai um documento, deputado Joseildo. Nós já vamos entregá-lo ao fórum do PPA que, na realidade, já vem praticamente pronto. A gente antecipou esse PPA e entrega, assim, o documento no qual consta as definições das ações prioritárias para que esses investimentos aconteçam na cidade do Senhor do Bonfim e no Território do, que é composto por 9 municípios.

Então, fica meu agradecimento a esta Casa, sobretudo aos deputados que participaram, aos prefeitos que saberão desse pronunciamento neste momento. Não é fácil, deputada Fabíola, reunir 8 prefeitos, numa manhã chuvosa de sábado para discutir uma pauta, apesar de muito importante, pois sabemos das agendas dessas pessoas.

Mas, estiveram lá, fizeram seus pronunciamentos, assinaram o documento de

compromisso e a gente deixou registrado, naquela cidade, naquele território, um compromisso, sem dúvida, com o povo e sobretudo com os filhos nascidos naquele território. Volto a repetir que são quase 300 mil pessoas necessitadas e carentes de investimentos, sobretudo, no Hospital de Base, que é uma promessa do governador Rui Costa e espero que, efetivamente, ela se concretize para que a gente resolva, de uma vez por todas, essa questão da saúde no nosso território.

Muito obrigado pelo tempo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com o tempo restante de até 6 minutos, o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvintes, telespectadores da *TV Assembleia*, amigos da Galeria Paulo Jackson, funcionários da Assembleia Legislativa, venho hoje a esta tribuna para tratar de alguns temas que foram levantados hoje durante a visita do Secretário de Turismo à Comissão de Turismo, Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico na manhã de hoje, nesta Casa.

O Secretário Nelson Pelegrino nos trouxe o planejamento da Secretaria de Turismo para os próximos anos, deputado Joseildo, que prevê uma série de investimentos para que a Bahia continue a ser um grande destino turístico do nosso Estado. Na oportunidade, levantei algumas questões, deputado Herzem, com o Secretário Nelson Pelegrino. O governador Rui Costa tem usado muito a expressão “transversalização das ações”, deputada Maria del Carmen.

Eu acredito que no turismo isso muito bem se aplica, deputado Alan, porque é impossível pensar em turismo se não tivermos infraestrutura, se não tivermos segurança pública, se não tivermos a questão da telefonia, da Internet. Ou seja, não dá para desassociar o turismo e atração de investimento turístico dessas outras ações.

E, na oportunidade, Sr. Presidente, fiz alguns encaminhamentos ao Secretário Nelson Pelegrino para que ele nos ajude, sobretudo na nossa região lá do Litoral Norte, em algumas questões que têm afetado gravemente o turismo. Uma delas é a situação de segurança daquela cidade. Aqueles destinos turísticos precisam ser olhados de uma maneira mais especial pelo governo.

A gente sabe e tem visto os esforços que o governador tem tido, nos seus primeiros dias de governo, para solucionar esse grave problema de segurança pública. Mas precisamos pensar, deputado Alan Sanches, em ações específicas para aqueles destinos. Não adianta a gente se iludir e achar que vamos desenvolver o turismo no Litoral Norte, se não tivermos esse olhar cuidadoso com a questão da segurança.

' Pedi ao Secretário Nelson Pelegrino foi que interceda junto ao Secretário de Infraestrutura. Já estive com Dr. Marcos Cavalcante, mas queria que ele reforçasse esse pedido, no sentido de recuperar duas importantes BAs daquela região. A BA 400, que liga o município de Cardeal da Silva e todo o Norte da Bahia à Linha Verde; e a BA 396, que liga Jandaíra também à região turística da Linha Verde.

Eu faço esse apelo, Sr^a Presidente, porque, como disse, é impossível pensar em desenvolver o turismo sem conseguir que essa infraestrutura esteja pronta, apta a

fazer com que as pessoas tenham o desejo de visitar e conviver com a Linha Verde. Queria parabenizar V.Ex^a, deputado Hildécio, pela iniciativa, como presidente, desta importante comissão. Porque não tenho dúvidas que essa discussão contribuirá muito para o fortalecimento do turismo em nosso Estado.

Acho que esta Casa precisa estar mais ativa, participando desses debates. Já que o secretário está elaborando um Plano Diretor do Turismo, na verdade, sugeri que a Comissão de Turismo desta Casa acompanhe as audiências públicas, deputado Joseildo, propondo, sugerindo, ouvindo a comunidade para que possamos ajudar a incrementar as ações para desenvolver o turismo.

É certo que o governador Rui Costa já assinou a ordem de serviço da via que ligará a saída da nossa capital, passando por trás daquele gargalo de Lauro de Freitas. Sem dúvida alguma, já ajudará bastante a nossa região. Mas precisamos de ações concretas de infraestrutura para aqueles destinos turísticos, como Porto de Sauipe, Subauma, Massarandupió, Baixios, Barra do Itariri, Sítio do Conde, Poça, Siribinha e Mangue Seco, as nossas praias da região. Deputado Joseildo, V.Ex^a que conduziu tão bem, aqui, nesta Casa, a CPI da Telefonia, sabe que precisamos cobrar das operadoras. Não podemos mais pensar que o sujeito vai sair do seu país ou estado para ver as maravilhas que todos conhecem e que não possa, deputado Alan, nem fazer um *selfie* para mostrar em seu estado de origem. Porque não temos sinal de celular ou temos baixa qualidade de prestação desse serviço, assim como a área de *internet*.

Portanto, Sr. Presidente, era o apelo que queria fazer na tarde de hoje, que o governo interceda junto a outras secretarias para que permitamos que ações articuladas, sob a coordenação do secretário Nelson Pelegrino possam incrementar o turismo e cravar no cenário nacional aquela região.

Para finalizar, cheguei ao ponto, deputado Joseildo, de sonhar que com esse debate, quem sabe, não possamos sonhar com um aeroporto ali naquela nossa região. Ficamos a 200 km de duas capitais e acho que é uma alternativa, um sonho que podemos ter para que possamos levar mais desenvolvimento para lá.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fabíola Mansur):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr^a Presidente, falaremos o deputado Augusto Castro, por 5 minutos, e eu, por 6 minutos.

A Sr^a PRESIDENTE (Fabíola Mansur):- Com a palavra o deputado Augusto Castro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr^a Presidente, deputada Fabíola, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, venho à tribuna desta Casa, deputado Sandro Régis, na tarde desta terça-feira, para relatar os oito anos e 100 dias do governo do PT na Bahia. Quero colocar aqui, Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, as promessas

que o governo da Bahia fez na região do cacau, as obras de infraestrutura.

Quero aqui citar um fato pontual do município de Itabuna, e até agradeço a presença do vereador Rui Machado, nesta Casa, nesta tarde, mas quero dizer a situação que passa, deputado Fábio Souto, aquele município sem a presença do governo do Estado. Itabuna que passa hoje por grandes dificuldades em todas as áreas, inclusive na segurança e na saúde.

Esta semana estivemos em Itabuna com a Comissão de Saúde e Saneamento. Ali foi realizado um grande debate, uma audiência pública. Vários deputados estaduais se fizeram presentes. Quero agradecer mais uma vez aos deputados Herzem Gusmão, Fabíola, José de Arimatéia e ao deputado Alex da Piatã.

Mas venho fazer uma denúncia nesta Casa acerca do sistema de abastecimento de água que afeta Itabuna e alguns municípios daquela região. Em 1986, o Estado transferiu o sistema de abastecimento de água e saneamento para o município administrar. Então, o sistema hoje, deputado Herzem, é o sistema municipal de água e saneamento.

Itabuna é uma cidade que cresce de forma desordenada, que vive e tem na sua cultura o cacau, o cacau como monocultura que se implantou naquela e não veio o processo...

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Augusto, conceda-me um aparte.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Concedo, sim, deputado.

(...) não veio o processo de criar alternativas para diversificar a cultura do cacau.

Então, as dificuldades que a região tem são muito grandes. Precisa do apoio do governo federal para as obras de infraestrutura. O deputado Sandro Régis colocou aqui a necessidade de retomar a obra da ponte Ilhéus/Pontal; a duplicação da 415 ligando Itabuna/Ilhéus, obra que nem anunciada foi ainda; o Porto Sul uma obra que irá melhorar o progresso e a infraestrutura da região com toda a malha da ferrovia Oeste/Leste ligando Figueirópolis a Tocantins, passando pela Oeste da Bahia, deputado Pablo, e indo para Ilhéus, porque o porto está em Ilhéus e a ferrovia vem do Oeste da Bahia. Há a promessa do aeroporto internacional da Costa do Cacau. Ilhéus tem um aeroporto que não tem vazão, com uma estrutura pequena para atender a região do, o turismo que naquela região é muito forte.

Então, venho aqui cobrar do governo do Estado a conclusão e a retomada da obra da barragem do rio Colonia.

Primeiro, Itabuna precisa, deputado Fábio Souto, dessa obra porque não tem água, não tem a possibilidade de atrair indústrias para aquela região, uma região que precisa ter um crescimento econômico, chegou ao caos. E o Estado precisa sentar logo com a secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos para retomar aquela obra. A obra foi dada deserta na última licitação que ocorreu há mais ou menos 45 dias.

Então, deputado Fábio Souto, passo a palavra para V.Ex^a no sentido de também incorporar essa luta.

O Sr. Fábio Souto:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, deputado Augusto. V.Ex^a aborda um tema de grande importância para o município de Itabuna.

Hoje, ouvi uma reportagem no *Bom Dia Bahia* em que mais de 20 bairros no município de Itabuna estão sem água. Isso se deve ao problema antigo de abastecimento de água, à barragem do rio Colonia que o governo promete há muito tempo, V.Exª falou aqui que foi uma licitação, não, foram duas licitações que deram desertas. E o governo do Estado já prometeu resolver essa questão de água naquele município e até hoje a população espera um fato concreto, uma ação do governo do Estado para sanar esse problema grave no município de Itabuna.

Então, V.Exª está de parabéns por abordar esse tema tão importante para o município de Itabuna.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Obrigado, deputado Fábio Souto.

Srª Presidenta, gostaria que ficasse registrada essa situação do município de Itabuna e de todo o Sul da Bahia.

Muito obrigado e boa-tarde.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Srª PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Com a palavra o nobre deputado Pablo pelo tempo restante de 6 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Srª Presidenta, galerias, imprensa, colegas deputadas e deputados, venho aqui novamente, pois o tempo realmente é curto e os problemas são grandes e graves no nosso Estado.

Líder Sandro Régis, estava tentando me informar, aprender e conhecer o projeto Pacto pela Educação, mas, infelizmente, o governador Rui Costa, nesses oito anos e 100 dias de governo, só faz espuma e não corta o mal pela raiz. Tentando me informar sobre o Pacto pela Educação, Líder, olha o que achei: " Pacto pela Educação capacita educadores de 200 municípios baianos. O Pacto pela Educação, desenvolvido pelo Estado por meio da Secretaria da Educação, foi lançado no dia 28 de abril pelo governador Jaques Wagner e pelo secretário Osvaldo Barreto." Matéria de 18 de maio de 2011. "O propósito é melhorar a qualidade das escolas públicas estaduais e municipais em toda a Bahia por meio de um regime de colaboração com os municípios e parceria da sociedade e empresários." Isso me lembra muito, deputado Hildécio, o PAC 1, o PAC 2, o PAC 3, a ponte Salvador-Itaparica, a reinauguração, pela quinta vez, de qualquer obra que o governo Lula nunca sabia se fazia e a Dilma de Lula hoje faz.

Vejo, aqui, deputados do governo defenderem e atacarem a votação da regulamentação das empresas terceirizadas, contra os trabalhadores. Mas esse mesmo deputado, esse mesmo governo, não defende os trabalhadores no ajuste fiscal e na perda dos seus direitos, lá, em Brasília. Esse mesmo ajuste fiscal que é feito para cobrir o rombo da roubalheira - para sermos bondosos - da falta de vergonha e de respeito que esse governo tem para com as pessoas e a população. A cara de pau do governo federal é absurdo. Roubalheira essa e falta de respeito essa com a população que sustenta esse sistema político baseado na ignorância, baseado no toma lá da cá, que, hoje, verbera e é maioria aqui no Estado da Bahia. E que mantém nosso Estado pobre, com governadores que se dizem amigos dos presidentes, mas que não trazem

benefícios nenhum.

Nesses 8 anos e 100 dias, temos para inaugurar a Ferrovia Oeste-Leste, a ponte Salvador-Itaparica, inúmeras obras que seriam importantes para o nosso Estado, a exemplo do Porto Sul, e nada é feito, nada é discutido. Vêm aqui discutir, fugindo do tema e do momento, sobre maioria penal, que é um assunto importantíssimo. Mas gostaria de ouvir dos deputados do governo o que esse governador se propôs a fazer e que já começou a executar, porque 100 dias não são 10 dias.

Fala-se em segurança pública, mas não vejo convocar os policiais civis que estão aí concursados. Fala-se em segurança pública, mas não vejo convocar os policiais militares que estão há dois anos esperando essa convocação. Fala-se em educação, mas não vejo construir uma nova escola, mas vejo criar espaço e aumento de cargos, como no começo do ano. Cortou alguns cargos, reduziu algumas secretarias, mas aumentou outros inúmeros cargos para os afilhados políticos. E a incompetência, infelizmente, verberando dia a dia no nosso pobre Estado da Bahia. Fala-se em melhoria da segurança pública do nosso Estado. Há anos, deputado Fábio Souto, quando fazíamos uma visita a Recife, ficávamos com receio, porque éramos assaltados todo o tempo, não podíamos andar nas ruas. Pessoas tinham seus carros particulares assaltados seis, oito vezes por ano. Infelizmente, se formos fazer uma comparação do nosso Estado com o estado vizinho, hoje, enquanto nesses últimos quatro anos Pernambuco teve 13 mil assassinatos, o Estado da Bahia teve 22 mil assassinatos. É uma carnificina que se faz aqui. E não se fala nada. Esta semana, teve um assalto num município do interior da Bahia, não me recordo aqui, não sei se foi Santo Estêvão, entraram na delegacia e assassinaram dois presos, não se respeita mais nem a delegacia nem a polícia e seus delegados. É um Estado fraco, é um governo fraco, e por isso as pessoas não o respeitam.

Gostaria de que o governador Rui Costa botasse a cara na tela, a cara na televisão, botasse a cara no sol, como diz a população hoje em dia, e apresentasse algo de definitivo, algo de concreto, porque nada tem feito.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):— Obrigada, deputado Pablo.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PDT-PCdoB-PR, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Maria del Carmen:— Indico a deputada Fabíola Mansur por 8 minutos e a deputada Ivana Bastos pelos 3 minutos restantes.

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):— Peço à nobre deputada Ângela Sousa que venha nos substituir na presidência dos trabalhos para que possamos ser oradora nesta tribuna e passar a presidência desta Mesa a outra mulher, membro da nossa Comissão dos Direitos da Mulher.

A Sr^a PRESIDENTA (Ângela Sousa):— Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 8 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:— Nobre presidente dos trabalhos no dia de hoje, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, visitantes presentes às galerias, servidores, vimos a esta tribuna para saudar o ministro da Cultura, Juca Ferreira, e o nosso secretário Jorge Portugal, bem como toda a classe artística, que estão hoje, em Salvador, na Caravana da Cultura, que teve o objetivo de debater com outros membros do ministério, com produtores artísticos, com artistas de todas as dimensões, da dança, do cinema, das artes audiovisuais, da pessoa com deficiência, o projeto de cultura que queremos.

Obviamente, temos um cenário de crise; A cultura ainda tem menos que 1% dos recursos orçamentários. A cultura tem transversalidade com educação, sem dúvida nenhuma, e também com o turismo. Aqui esteve o nosso querido secretário Nelson Pelegriño, e tenho confiança que, com o seu trabalho e com a ajuda de todo o povo baiano, a Bahia será reposicionada como destino turístico prioritário. Não podemos ter o mundo reconhecendo o Brasil ou a Bahia apenas através do Carnaval, que, apesar de ser uma grande festa geradora de divisas, não é apenas o que nos identifica numa Bahia diversa e culturalmente rica.

Discutimos e ouvimos os produtores culturais clamando por um novo marco regulatório, porque a Lei Rouanet, certamente, do jeito que está, não permite ao produtor cultural de pequeno porte ter acesso aos mesmos benefícios. Não podemos conceber que a Lei Rouanet, atualmente em voga, deputado Joseildo, tenha 100% de recursos públicos e dê para grandes produtores, já, nacionalmente, reconhecidos, grande parte, mais de 80% desses recursos.

Temos ainda uma grande desigualdade – o ministro muito bem conceituou de um verdadeiro *apartheid* cultural. Esse *apartheid* cultural deriva, deputado Fábio Souto, dessa verba da Lei Rouanet, que é uma lei federal. Oitenta por cento vão para os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Temos de, com nossa Bancada no Senado, nossos deputados federais, e mesmo com o apoio da Bancada nesta Casa, fazer uma pressão para esse novo marco regulatório. Temos, à luz de 0,7% da cultura, de fazer pressão para que a PEC 150 seja votada, ou a atual PEC 421, que destina 2% da verba da União para a cultura, 1,5% da verba do Estado para a cultura e 1% da verba dos municípios.

Claro que para se fazer cultura em transversalidade com o turismo, com a educação, precisamos de recursos. Sem esses recursos e até que eles cheguem, no entanto, a classe artística precisa ser ouvida, a Secretaria da Fazenda precisa descontingenciar o orçamento da cultura, precisamos tocar os pontos de cultura nas periferias, entendendo que, precisamos qualificar nossos artistas através da valorização de gestores e de pesquisadores culturais. Temos de tentar fazer chegar os recursos públicos lá na ponta, nas periferias dos grandes centros, nos interiores e nas regiões. Só assim poderemos democratizar verdadeiramente a cultura em nosso Estado. Não é possível conceber que hoje não tenhamos nada, nenhum marco regulatório digital enquanto se evadem milhões em recursos. Não é possível que não tenhamos uma legislação que pautar direitos autorais de forma equitativa. Também devemos, na área de cultura acessível, entender que cultura para todos é reconhecer

as especificidades de cada uma das dimensões artísticas, mas também da acessibilidade, não só do palco, mas também plateia e do acesso a recursos dos vários editais do FazCultura. Lá, encontramos diversos representantes da nossa classe cultural, clamando por essa oitiva, clamando por reconhecimento, clamando por incentivo. E é assim que nós, nesta Casa, deveremos ter a sensibilidade, a atuação necessária para votarmos leis que facilitem, realmente, essa dimensão na sua pura expressão, e pressionar a nossa Bancada de deputados para que votem a PEC 150 e mudem, deputada Ivana Bastos, a lei das licitações, fazendo com que pequenos produtores culturais possam ter algum tipo de especificidade nessa lei para ter acesso ao orçamento.

Quero aqui também saudar a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, presidida pelo deputado Hildécio Meireles, pela presença do secretário Nelson Pelegrino. Não pude participar porque estava, exatamente, participando da caravana, mas quero dizer que turismo e cultura têm tudo a ver, essa é uma comissão extremamente importante.

Temos de estimular o turismo náutico, deputado Hildécio, que pode gerar, e gerará, inúmeros empregos, milhões de turistas virão de todas as partes do mundo onde já existem campeonatos de vela, inúmeras marinas... Temos de conectar o turismo com segurança pública, com cultura, como muito bem disse o deputado Alex Lima, que me antecedeu. Temos de cuidar da segurança pública. Observem o que está acontecendo, por exemplo, na marina de Itaparica, onde velejadores que param seus barcos são assaltados. Precisamos votar nesta Casa algo que possa proteger esse segmento. Temos também de cuidar das linhas de catamarã Salvador-Ilha de Itaparica. Por inviabilidade econômica, as empresas estão retirando daquele povo a possibilidade de ir e vir de forma mais cômoda.

Tenho certeza de que essa comissão terá um importante papel, estou animada também com o trabalho do secretário Pelegrino, com as propostas, com os eixos de desenvolvimento daquela secretaria.

Muito obrigada pela sua tolerância, nobre presidente Marcelo Nilo.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra minha querida amiga, a deputada Ivana Bastos, pelo tempo de 3 minutos.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, galerias aqui presentes, amigos, (Lê):- “Venho manifestar o mais profundo pesar pelo falecimento de Antônio Alberto Guimarães Rezende, Dom Alberto, ocorrido, na cidade de Uberaba, ontem, aos 88 anos.

A Diocese de Caetité, com suas 29 paróquias, está em profundo luto e tristeza pelo falecimento de Dom Alberto que prestou seus serviços evangelizadores e assistenciais, como bispo daquela Diocese, entre os anos de 1981 e 2003.

Dom Alberto ingressou no apostolado no seminário de Rio Claro (SP) em 1942, se graduando em teologia e filosofia na cidade de Ribeirão Preto, também em São Paulo. Iniciou sua carreira sacerdotal em Sertãozinho (SP), em 1953.

Dom Alberto deixou marcas indeléveis em sua administração diocesana, como a ampliação do alcance da emissora de Rádio Educadora Santana de Caetité, subordinada àquela Diocese; ampliação e reforma da Catedral de Caetité, além da construção de diversas capelas em comunidades rurais e a reforma de diversas igrejas das paróquias agregadas.

Antes de assumir a Diocese de Caetité, atuou nas paróquias de Itacaré (BA) e Barra da Estiva (BA), quando Deus colocou em suas mãos o destino de cuidar do povo da Serra Geral, substituindo o aclamado Dom Eliseu que prestou relevantes serviços à comunidade católica daquela região.

Sua vida dedicada exclusivamente à igreja e aos fiéis deixou como legado eterno sua benevolência com todos os seus paroquianos e toda a população, independente de classe social e religião.

Externamos, portanto, o nosso pesar aos familiares consanguíneos de Dom Alberto e a família católica daquela região que tanto estimou o nosso querido bispo e, principalmente, o amigo de todas as horas. Resta a nós, apenas, as boas lembranças desse verdadeiro cordeiro de Deus, rogando sempre ao senhor que nos dê o conforto espiritual por essa perda inestimável.”

Fica aqui registrado, com muito pesar, o falecimento de Dom Alberto.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Herzem Gusmão:- Falará o deputado Hildécio Meiereles, pelos primeiros 5 minutos, e Fábio Souto, por 6 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, público aqui presente, Srs. e Sr^{as} Funcionárias, ontem, no início da noite, fui procurado por representantes de velejadores, representantes do turismo náutico que têm como domicílio náutico a Baía de Todos os Santos. Por coincidência, no final da noite saía no *Bahia Notícias* uma matéria a respeito da falta de segurança pública na Baía de Todos os Santos, em seu entorno, como de resto na Bahia inteira.

Hoje, pela manhã, na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, tivemos a presença honrosa do secretário de Turismo do governo do Estado, quando foram discutidas as questões do turismo náutico e, sobretudo, a importância da Baía de Todos os Santos para a implementação do turismo náutico na Bahia, como também no Brasil. Aqui, durante a tarde, alguns deputados, a exemplo da nossa querida deputada Fabíola Mansur, tiveram a oportunidade de falar da importância dessa atividade turística, como também da própria falta de segurança. Eu queria discorrer aqui sobre os fatos ocorridos, nos últimos oito anos, que têm denegrido a imagem da nossa Bahia, a imagem da Baía de Todos os Santos.

A Baía de Todos os Santos que, num passado recente, abrigava embarcações internacionais, embarcações que se fixavam nas marinas localizadas na nossa Bahia,

embarcações que por aqui passavam, quando em passeios pelo litoral brasileiro... Essas embarcações foram embora daqui exatamente pela falta de segurança, exatamente pelos fatos ocorridos na nossa Baía de Todos os Santos.

(Lê):- *“A Baía de Todos os Santos, em especial o porto de Itaparica passou recentemente a ser considerado, nos mapas dos destinos náuticos internacionais, como zona perigosa devido a incidência de roubos seguidos de morte, que na linguagem náutica são denominados atos de pirataria marcados, inclusive, com o símbolo da caveira.”*

A nossa Ilha de Itaparica, a nossa Baía de Todos os Santos ficaram marcadas na simbologia náutica através de uma caveira, símbolo que representa o perigo de se navegar ou de se abrigar em determinada localidade.

(Lê):- *“No dia 27 de dezembro de 2008 – foi espancado um casal de idosos franceses após ser vítima de um assalto praticado. Eles estavam em uma barca na Marina de Itaparica quando foram abordados pelos bandidos que roubaram dois relógios, dois notebooks, dois celulares e uma quantia de aproximadamente R\$20 mil.*

Em fevereiro de 2009 o governador Jacques Wagner anuncia a construção de um complexo policial na divisa entre Itaparica e Vera Cruz, com previsão de entrega em 09 (nove) meses.

Em 08 de abril de 2009, aconteceu um assassinato na marina de Itaparica. Foi morto o velejador Abel Hrabovsky de Aguilar, de 36 anos, com um tiro na cabeça na madrugada.

Em 27 de janeiro de 2015, um jovem de 17 anos morreu na praia de Itaparica.

Recentemente, entre os dias 26 e 28 de março de 2015, 03 (três) veleiros, um francês, um suíço e 01 sueco, foram vítimas de bandidos armados com facão e/ou arma de fogo.

Em 30 de janeiro de 2015, uma turista foi esfaqueada e espancada por bandido durante assalto quando ela estacionava o carro na Avenida Estudante José Júlio de Souza, na Praia de Itaparica.”

Pois bem, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, é essa a situação da Bahia, é o que nós baianos temos de comemorar: a falta de segurança pública também no mar. A falta de segurança pública, que adentra o campo, a Zona rural, agora chega também ao mar, prejudicando um dos atrativos turísticos maiores que a nossa Bahia tem.

Se engana aquele que pensa que o turismo náutico é o turismo da classe rica. Estão enganados aqueles que pensam assim. O turismo náutico, que traz divisas para a indústria turística nosso Estado, é praticado, sobretudo, por aposentados, por pessoas de certa idade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Por isso, Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao secretário de Segurança Pública, para que volte os seus olhos, também, para essa atividade turística, no sentido de trazer mais segurança para esse tão empreendedor segmento da nossa economia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A pedido do deputado José Raimundo, registro a presença, nas Galerias Paulo Jackson, do vereador de Brumado José Carlos de Jonas, do PT, que nos honra com a sua presença.

Com a palavra o deputado Fábio Souto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa do nosso Estado, venho a esta tribuna hoje fazer um *pot-pourri* de alguns assuntos de maneira rápida, pois temos pouco tempo.

Não falo, neste momento, como uma repetição do que disse nos meses de fevereiro e março. Agora, no dia 22 de abril, mais uma vez, teremos um aumento da energia elétrica de 10,45% para os consumidores residenciais e de 13,34% para as indústrias. A população não aguenta mais tantos aumentos! Em fevereiro, falamos de aumento de energia; em março, falamos de aumento de energia, e agora, novamente, falamos de aumento de energia.

Hoje, o deputado Augusto Castro veio a esta tribuna falar sobre a falta de água no município de Itabuna. Embora muitos não saibam, essa questão de água é um problema já muito denunciado por mim e por outros deputados que representam a região cacueira, que se agravaria.

O governo do Estado já anunciou, várias vezes, a construção da barragem do Rio Colônia. Temos a esperança de que essa barragem venha a solucionar o problema do abastecimento de água do município de Itabuna. A licitação já foi aberta duas vezes, e nas duas vezes deu deserta. O governo tem de entrar de forma efetiva para resolver essa questão.

O Sul da Bahia está abandonado. Ontem, vim a esta tribuna e relatei que me reunir com produtores rurais da região cacueira. A situação do endividamento dos produtores de cacau continua a mesma. Os produtores de cacau não conseguem um centavo de recursos novos no Banco no Brasil. E, pior ainda, deputado Luciano Ribeiro, não conseguem, de forma nenhuma, renegociar as dívidas contratadas no passado. A situação da região é de insolvência. O produtor não tem recursos para os tratamentos culturais de início de ano da lavoura cacueira. Nós temos aí o início de um temporão com o produtor rural sem nenhuma condição para dar sustentação a sua lavoura. A safra será a mesma coisa.

Essa região sofre com promessas antigas do governo do Estado. Nós podemos ter uma ferrovia, deputado Hildécio Meireles, que chegue ao município de Ilhéus, porque o objetivo da ferrovia é chegar ao Porto Sul, mas sem o Porto Sul. Imaginem uma ferrovia caríssima, que será construída, mas não terá utilidade. A finalidade da ferrovia é levar os produtos para o Porto Sul. Eu diria que o Porto Sul não está atrasado, mas não vemos qualquer movimentação para a construção desse porto. É uma situação muito delicada.

A Cidade de Ilhéus tem a ponte Ilhéus/Pontal, mas essa obra tão importante está quase parada, uma obra anunciada por várias vezes pelo governo do Estado e que

a população de Ilhéus espera, e eu também espero. Não pense que torço contra, torço a favor, torço para que essa obra aconteça o mais rapidamente, porque é uma obra importante e sonhada pela população do Município de Ilhéus.

Quero deixar claro que essas promessas do governo do Estado a Região Sul e a Região Cacaueira esperam com muito fervor que todas sejam efetivamente concretizadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falará por todo o tempo o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, aqueles que nos ouvem e nos assistem pela *TV Assembléia*, imprensa aqui presente, subo a esta tribuna com uma preocupação que devemos, infelizmente, inaugurar de maneira atrasada no Parlamento baiano. Tivemos, faticamente, no dia 8 de abril deste ano, a aprovação na Câmara Federal do projeto que se convencionou chamar de Lei da Terceirização. É a obra-prima da desregulamentação do mercado de trabalho em nosso País.

Após 70 anos do advento da CLT, na era Vargas, nós não tínhamos dúvida de que, por conta do tempo, a CLT necessitaria passar por uma grande discussão e por um processo de modernização, ajustando-a aos novos tempos, mas fazendo permanecer os direitos dos trabalhadores que têm caracterizado nosso País como exemplar do ponto de vista de sua legislação e da defesa dos interesses da sociedade trabalhadora. Mas eis que, após 70 anos, a Câmara, com uma rapidez muito grande, aprova esse projeto que, por esses dias, está a merecer toda sorte de críticas por conta dos tribunais do Trabalho em todos os estados, e, em nível federal, por intelectuais, pela sociedade de maneira geral. Amanhã, teremos uma paralisação em nosso País por conta da rejeição a esse ato lesivo, a esse crime de lesa-pátria que foi cometido pela Câmara Federal.

Nós estamos falando de um mercado de trabalho que alcança, hoje, 48 milhões de trabalhadores em nosso País, dos quais $\frac{1}{4}$, 25%, são os chamados trabalhadores das empresas terceirizadas. Têm como fato comum, como linha comum, a precarização das suas relações, a insegurança e a remuneração mais baixa. E o que é pior, até então não foi criado qualquer aparato no arcabouço legal brasileiro que acolhesse a situação do trabalhador em regime terceirizado.

Apenas a Súmula 331, de 1993, do Tribunal Superior do Trabalho, versou sobre essa situação, que poderia a qualquer momento, ou poderá, sofrer modificações a partir de uma posição deste mesmo Tribunal.

A lei abarca o sentimento de cerca de 12 milhões de brasileiros. Mas o fundamento da terceirização é o barateamento da mão de obra. E a terceirização

estava circunscrita, tão somente, àquilo que era acessório do ponto de vista do trabalho, mas a atividade fim ficava longe do alcance da terceirização.

Hoje, não. A desregulamentação precariza, ou pode precarizar, todo o mercado de trabalho brasileiro, e aponta, indubitavelmente, na direção de afetar concursos públicos para empresas públicas, para o funcionalismo estatal em todos os níveis. Esperamos que, com a movimentação que virá, reflitamos sobre essa matéria, independentemente da matiz partidária de quem possa estar-se manifestando nesse momento. Será afetado, no primeiro momento, o conjunto da sociedade por conta da diminuição da renda do trabalhador e do que representará a renda do trabalhador no PIB brasileiro depois da Lei da Terceirização.

É preciso que a sociedade brasileira, de maneira clara e inequívoca, posicione-se quanto a essa lei, que foi pensada em 2004. O PL nº 4.330, de autoria do senador goiano Sandro Mabel, do PMDB, dizima o mercado formal de trabalho em nosso País.

É preciso que entendamos o foco daqueles que pertencem ao mercado de terceirização dos trabalhos. Ele existe tão somente porque, no objetivo de garantir a margem de lucro, direitos são subtraídos dos trabalhadores em detrimento da segurança no trabalho, em detrimento da meritocracia. E a desregulamentação vai na direção do que hoje acontece no México, onde os trabalhadores mexicanos sofrem a duras penas, há décadas, por falta de amparo de uma lei que consiga dar um arcabouço de proteção, um arcabouço protetivo no seu dia a dia laboral. E muitos perderão a estabilidade no emprego, uma conquista de dezenas e dezenas de ano que, hoje, vai por terra.

E esta Casa tem a oportunidade – e, neste momento, conclamo todos os deputados presentes e aqueles que não estão nesta sessão – de, no dia 24 de abril, a partir das 9 horas, com as presenças de ilustres convidados, discutir numa audiência pública essa matéria.

Devemos ocupar-nos com o assunto, sob pena de ficarmos silentes perante essa atitude criminosa que avança, contrariando interesses históricos da classe trabalhadora brasileira. Um universo de 36 milhões de trabalhadores poderão ver atingidos os princípios da solidariedade, principalmente no trabalho, principalmente no mercado formal de trabalho, pela essência do que foi esse ato contrário e lesivo ao conjunto dos trabalhadores do nosso País.

É dessa forma que o Parlamento, virando, na sua maioria, as costas àquilo que remete ao interesse maior da sociedade brasileira, assaca contra o interesse nacional, e essa lei, sinceramente, não está na direção da modernidade, como tanto se propala.

É preciso que tenhamos clareza de que o potencial lesivo dessa lei tira a perspectiva de que nós tenhamos na estrutura do Estado brasileiro aqueles que podem entrar pela porta da frente, mediante concurso, mediante todo um processo de meritocracia para ter o seu trabalho e bem servir à sociedade brasileira.

Enquanto a terceirização estava circunscrita a aspectos acessórios da produção de serviços, tudo bem, mas no momento em que avança para a atividades-fim, acende-se a luz vermelha, e é preciso, repito, que o Parlamento baiano por conta

das suas longevas tradições não se permita ficar silente perante essa situação gravosa que vai na contramão de toda a consolidação do processo histórico de lutas do nosso querido País.

É jogar fora, na lata do lixo, a trajetória, as lutas, o sangue derramado, a penúria de quem passou ao longo de décadas deste País para construir esse imenso mercado de trabalho formal, que hoje gira em torno de 50 milhões de trabalhadores. É preciso também chamar para o fato de que, após o leite derramado, difícil será, sem sombra de dúvida, retomarmos a possibilidade do regramento no mercado formal em nosso País.

Portanto, está na hora de o povo brasileiro se manifestar, e esta Casa precisa mostrar as suas posições, porque o povo baiano quer saber como é o posicionamento daqueles que fazem o Parlamento no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):-Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o deputado Rosemberg Pinto traz aqui o acordo feito entre os Líderes para que falem o deputado Luciano Ribeiro e o deputado Rosemberg. O acordo foi feito e tenho certeza de que o governo manterá esse acordo.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falará o deputado Luciano Ribeiro por 5 minutos e o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, funcionários, imprensa, senhoras e senhores, ontem subi nesta tribuna para fazer, na condição de oposição, uma avaliação que achei pertinente sobre os 100 dias do governo que aí se encontra.

Pude perceber que este Parlamento, que o Parlamento em si, que já é inebriante e interessante, tornou-se muito maior. Aqui as opiniões são livres e os humores mudam de acordo com os ventos. Entretanto a nossa posição é a de fazer uma análise isenta, de opositor, para aqueles que acreditam que a Bahia merece um governo melhor, que a Bahia merece dias melhores.

Há pouco tempo trouxe para esta Casa propagandas deste governo sobre a falta de planejamento e eficiência. Naquela oportunidade, falei sobre a Ponte Salvador-Itaparica e que foram jogados no lixo R\$90 milhões. Planejaram, fizeram um projeto que se tornou inviável e foi sepultado.

Hoje, para minha surpresa, caro Hildécio, na Comissão de Infraestrutura e Turismo, ao indagar do atual secretário Nelson Pelegrino, que esteve aqui, pude relatar e entender que uma das vantagens do governo de continuidade é que os projetos planejados e os iniciados podem ter segmento.

Quem não se lembra da propaganda governamental do oceanário que seria construído em Salvador? Em janeiro de 2013, contratou-se a empresa Prado Valadares por R\$2 milhões e 700 mil para preparar o projeto. Naquela oportunidade foi noticiado que no mês de agosto a obra seria licitada. Para minha surpresa, hoje, o secretário nos disse, em letras garrafais, que isso não é prioridade e que não está nos planos do governo.

Talvez Salvador terá um aquário, jamais um oceanário. É por isso que avaliamos assim este governo. Na condição não de crítico, mas de colaborador com este governo por que fazemos parte do seu controle externo, quero alertá-lo de que além de planejar mal, além da ineficiência, também está contratando mal, caro Rosenberg.

Vi que o governo, com dispensa de licitação, através da liquidante da EBDA, contratou a empresa Apta Gestão por R\$422 mil 958 reais e 16 centavos para fazer exames demissionais de 1376 funcionários da EBDA, que daria o valor de R\$307 reais e 38 centavos.

Por curiosidade, pois achei o valor alto, pedi uma avaliação da própria Apta. Ela passou três exames que seriam executados, no valor de R\$81,20. O que é um absurdo a diferença de valores. Eu poderia dizer que a clínica deslocaria para o interior, mas tive também o cuidado de verificar que essa não é a prática. A prática é terceirizar esse serviço nas clínicas localizadas em cada município. Portanto o valor não será elevado.

Faço aqui nesta última parte do meu discurso não uma crítica nem uma acusação, mas um auxílio ao governo como controlador externo, para que o governo tenha olhos e procure contratar melhor, antes até que gaste esse dinheiro para que não se complique mais ainda.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o aniversariante, deputado Rosenberg Pinto, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ROSENBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores da Casa, em primeiro lugar, presidente, eu gostaria de agradecer a todos os deputados aqui pelas palavras de carinho que obtive hoje na felicitação do meu aniversário, 59 anos de vida e 40 anos de militância, o que me orgulha bastante. E aqui na Assembleia, nestes últimos anos, construí amigos, companheiros, independentemente da diferença de posicionamento que às vezes a gente tem aqui.

Mas, Sr. Presidente, hoje recebemos aqui o deputado Nelson Pelegrino, secretário de Turismo do Estado da Bahia, que fez uma bela apresentação com relação aos investimentos do turismo no Estado, dentro de uma visão de congregação das diversas secretarias para que possa, realmente, de fato, garantir as ações de investimentos, seja na área de infraestrutura, na área de cultura, na área de educação e tornar a Bahia um grande polo turístico e que a cidade de Salvador possa, deputado Luciano Ribeiro, retomar o *ranking* que perdeu na área de turismo de negócios.

Através as convenções, perdemos para o Ceará e para Brasília.

É natural que o governo do Estado, é lógico, numa relação com a prefeitura da cidade de Salvador, retome esses investimentos para que a gente possa voltar a ser o terceiro maior local de turismo de negócios, porque precisamos fazer desta cidade uma cidade muito importante.

Mas, eu queria dizer aqui, deputado Luciano Ribeiro, e vi várias intervenções, deputado Pablo, sobre os 100 dias de governo. É natural, deputado Luciano, que não é um governo somente de 100 dias. Na verdade, é um governo muito maior, porque é um governo de continuidade do governador Jaques Wagner, e nós temos feito muitas ações.

É lógico que aqui o secretário disse das dificuldades financeiras que iríamos enfrentar, como enfrenta o Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, ou seja, que todos os Estados têm enfrentado do ponto de vista de custeio da máquina pública.

Mas, quero dizer o seguinte: que nesses 100 dias de governo – concederei o aparte, deputado Adolfo Viana –, o nosso governador Rui Costa deu continuidade a todos os empreendimentos na cidade de Salvador com as obras, mesmo com uma situação de adversidade, com diversas empresas que estão sendo investigadas na Operação Lava-Jato, mas aqui não pararam as obras que estão sendo desenvolvidas na 29 de Março, na Gal Costa. Esses investimentos que estão sendo feitos, o governo do Estado tem trabalhado no sentido de dar a Salvador a infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento.

Na área da saúde, é lógico que estamos fazendo os consórcios de saúde, que é uma nova modelagem de investimentos no interior, porque, independente de qualquer governo, seja do PT ou de qualquer outro partido, os problemas com relação aos investimentos na saúde, no Brasil inteiro, estamos percebendo que são frutos inclusive da diminuição dos investimentos do governo federal. Porque aquela CPMF, deputado Adolfo Viana, que foi retirada, é lógico que tem reflexo nos investimentos destinados à Saúde e que o governador Rui Costa tem trabalhado no sentido de manter a qualidade do serviço.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Meu querido amigo, deputado Rosemberg Pinto, aniversariante do dia – aproveito para mais uma vez parabenizá-lo – V.Ex^a é muito feliz no seu pronunciamento quando fala que é um governo de continuidade.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- É verdade.

O Sr. Adolfo Viana:- Mas depois de oito anos do governo Wagner, a saúde do Estado da Bahia está um caos; a segurança pública muito ruim: a educação da mesma maneira. Eu pergunto a V.Ex^a como Líder do PT: se o governo Rui Costa recebeu um governo com as contas em dia, em 100 dias o que o governo Rui Costa entrega à população, já que recebeu uma saúde muito ruim, uma segurança pública que não atende a população do Estado da Bahia, e se recebeu com as contas em dia, o que o governador Rui Costa apresenta em 100 dias de governo?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido deputado Adolfo Viana, primeiro, a saúde não é um caos nem tampouco a educação. Não é real isso. Ainda

agora, nos Estados Unidos, o nosso Hospital do Subúrbio foi reconhecido como referência de investimento público na área da saúde. Fruto do nosso projeto aqui. Na área da educação, hoje, quando o governador Rui Costa visita as escolas, não quer dizer, deputado Pablo que falou aqui, que ele desconhece os locais, mas é uma demonstração de que não vamos resolver o problema da educação pública se não tiver a participação da sociedade, dos professores, dos servidores. E é essa concepção que o governador Rui Costa tem colocado. Os índices que foram apresentados, inclusive essa semana, com redução dos índices de criminalidade no Estado da Bahia é uma demonstração de que estamos no caminho. E esses 100 dias, temos que comemorar. Quem não pode comemorar é o Paraná que está tendo dificuldade para pagar os servidores.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

O primeiro projeto, com dispensa de formalidades, é de autoria dos deputados Zé Neto e Sandro Régis, o qual dispõe sobre a destinação de recursos dos orçamentos do Estado do exercício de 2015, às entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que indica, e dá outras providências.

Designo o deputado Zé Raimundo para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo para relatar o projeto de nº 21.182/2015, de autoria dos deputados Zé Neto e Sandro Régis.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente,
(Lê):- **“PARECER**

Das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.182/2015, de autoria dos Deputados Zé Neto e Sandro Régis, o qual “Dispõe sobre a destinação de recursos dos orçamentos do Estado do exercício de 2015 às entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que indica, e dá outras providências.

O projeto que ora passo a relatar, de autoria dos Deputados Zé Neto e Sandro Régis, dispõe sobre a destinação de recursos dos orçamentos do Estado do exercício de 2015 a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.

As referidas entidades prestam serviços à população em áreas de interesse público e o objetivo desta proposição é torná-las aptas ao recebimento de subvenções, auxílios e contribuições do Poder Público Estadual, conforme exigência da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, na condição de Relator, apresento a seguinte emenda:

Emenda de Relator.

Acresça-se, ao Anexo Único do Projeto de Lei nº 21.182/2015, as entidades constantes do Anexo Único deste parecer e do Anexo Único da Lei nº 13.326, de 2 de

fevereiro de 2015, bem como as instituições cujos projetos de lei declaratórios de utilidade pública tenham sido recentemente aprovados ou que se encontrem em tramitação nesta Casa.

Justificativa: *As entidades ora acrescidas ao projeto prestam serviços à população em áreas de interesse público e o objetivo desta emenda é torná-las aptas ao recebimento de subvenções, auxílios e contribuições do Poder Público Estadual.*

Ante o exposto, considerando que a proposição atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pela emenda de Relator.”

Este é o nosso parecer. Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Zé Raimundo. Os Srs. Deputados que o aprovam, no âmbito das comissões pertinentes, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto de lei nº 21.182/2015, que “Dispõe sobre a destinação de recursos dos orçamentos do Estado do exercício de 2015 às entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que indica, e dá outras providências.” Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado à unanimidade em primeiro turno.

PROJETO DE LEI Nº 21.182/2015

Dispõe sobre a destinação de recursos dos orçamentos do Estado do exercício de 2015 às entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que indica, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada, para fins do disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a destinação de recursos dos orçamentos do Estado, relativos ao exercício de 2015, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, identificadas no Anexo Único desta Lei, visando a prestação de serviços essenciais de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Justiça, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e outras áreas consideradas de interesse público pela Administração Pública Estadual.

Parágrafo Único – Para o recebimento de subvenções, contribuições e auxílios a que se refere este artigo, as entidades deverão atender às exigências e condições

previstas na Lei nº 6.670, de 21 de julho de 1994, e na Lei nº 13.190, de 11 de julho de 2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2015.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2015.

Deputado Zé Neto Deputado Sandro Régis

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Existem dois projetos aqui... Eu gostaria de cobrar da comissão, presidida pelo meu querido amigo, Fabrício Falcão, deputado Zé Raimundo, deputada Fabíola Mansur, deputado Adolfo Viana e deputado Luciano Ribeiro, que os analisassem para que possamos colocá-los em votação na Comissão de Constituição e Justiça, e, depois, diretamente para o Plenário.

O Sr. Fabrício Falcão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo, Fabrício Falcão.

O Sr. Fabrício Falcão:- Sr. Presidente, quero dizer que estou convocando uma reunião da comissão para quinta-feira, às 11 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, presidente. Parabéns, e espero que V.Exª traga, no máximo de 10 dias, uma relação de projetos.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, não faço parte desse seletor grupo de trabalho, mas já tenho em mãos, aqui, um projeto que acho que deva ser apreciado o quanto antes. Ele foi apresentado em 2012 aqui, nesta Assembleia, já tem uma dispensa de formalidades do Líder da Oposição.

Ontem, saiu nos *blogs* que o secretário Fábio Mota já está implantando o dispositivo eletrônico na Cidade do Salvador, que neste ano já teve 600 assaltos a ônibus registrados.

O Estado da Bahia é o terceiro que mais tem ônibus assaltados em nossa Federação, e eu tenho um projeto que vem a contribuir, que é o dispositivo eletrônico.

Parabenizo o secretário Fábio Mota pela iniciativa. Salvador sai na frente, e espero que o Estado da Bahia possa ser contemplado rapidamente. Sem sombra de dúvida, quem vai ganhar com esse projeto é a população do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, tem a dispensa de formalidades dos dois líderes? Se tiver, eu coloco para votar agora!

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, tem a do Líder da Oposição, falta o Líder do governo assinar. E aviso: Sr. Deputado, Zé Neto, a responsabilidade pelos assaltos a ônibus...

(O Sr. Rosemberg Pinto fala fora do microfone.)

(O Sr. Adolfo Viana fala fora do microfone.) (Risos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só posso colocar em votação com a dispensa de formalidade de ambos.

Há aqui um projeto do deputado Bobô, que concede a Comenda Dois de Julho ao treinador de box e artes marciais Luiz Carlos Dórea.

Vejam bem, deputados: por acordo, o deputado tem que fazer uma explanação do currículo. Agora, como ele é uma pessoa muito conhecida, será necessário? É Luiz Carlos Dórea, que é treinador. Foi treinador de Popó, campeão mundial. Dispensamos? Alguém tem dúvida de quem é? Tudo bem?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Zé Raimundo para relatar o projeto do deputado Bobô.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Projeto de Resolução nº 2.313/15, de autoria do nobre deputado Bobô, concede a Comenda Dois de Julho ao treinador de boxe e artes marciais Luiz Carlos Dórea.

Sr. Presidente, é um projeto que tem base legal, é constitucional e, por isso, o nosso parecer é favorável. Lembrando a tradição da Bahia, que já teve Waldemar Santana, Augêncio Almeida, Popó, e que essas academias são lugares de formação de grandes atletas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer do nobre deputado Zé Raimundo. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

No Plenário. A votação é secreta.

Srs. Deputados, é o projeto do deputado Bobô, que concede a Comenda Dois de Julho ao treinador de box e artes marciais Luiz Carlos Dórea.

Em votação.

O Líder do governo recomenda o Sim; e o Líder da Oposição também recomenda o Sim.

A votação é secreta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a votação.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.313/15, com 32 votos e 02 abstenções. **(Publicado no DL em 26/03/2015)**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto, também do deputado Bobô, que concede a Comenda Dois de Julho ao nadador de maratonas aquáticas, Alan do Carmo. É uma pessoa conhecida, um campeão mundial.

Designo o deputado Zé Raimundo para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (Lê):- “Sr. Presidente, projeto de resolução número 2.315/2015, também de autoria do deputado Bobô. Concede a Comenda Dois de Julho ao nadador de maratonas aquáticas, Alan do Carmo.”

Esta é uma proposição, Sr. Presidente, que tem base legal, constitucional e

visa estimular através desses símbolos, incentivando os atletas e todos aqueles que gostam do esporte. Lembro também que a Bahia já teve grandes nadadores, lembro dos meus colegas de ginásio, Vera e Jorge Guimarães, nos anos 60, campeão baiano da travessia Porto da Barra - Itaparica.

O nosso parecer, Sr. Presidente, é favorável.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Zé Raimundo, ao projeto de resolução.

Em votação no âmbito das Comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

Em votação no âmbito do Plenário o projeto de resolução de autoria do deputado Bobô, que concede a Comenda Dois de Julho ao nadador Alan do Carmo.

A votação é secreta.

(Os Srs. Deputados registram seus votos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a votação. (Pausa.)
Encerrada.

Resultado: aprovado o Projeto de Resolução nº 2.315/15, com 32 votos sim; não, 2; Abstenção, 1. Portanto, aprovado. **(Publicado no DL em 07/04/2015)**

O próximo é o projeto de lei nº 21.185/2015, de autoria da deputada Ivana Bastos, que declara de utilidade pública a Associação Fraternal Acácia Morrense, AFAM, com sede e foro na cidade de Morro de Chapéu-BA. Esta matéria já tem a dispensa de formalidades assinada pelos deputados Sandro Régis e Zé Neto para que seja apreciado.

Designo o deputado Zé Raimundo para relatar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar o projeto de lei nº 21.185/2015 o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, o projeto de lei nº 21.185/2015 declara de utilidade pública estadual a Associação Fraternal Acácia Morrense-AFAM, com sede e foro na cidade de Morro de Chapéu-BA.

A matéria é legal, constitucional. Portanto, o nosso parecer é favorável, pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das Comissões o parecer do nobre deputado Zé Raimundo.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.). Aprovado, por unanimidade.

Em votação no Plenário o projeto de lei nº 21.185/2015, de autoria da deputada Ivana Bastos.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.) Aprovado, por unanimidade. **(Publicado no DL em 15/04/2015)**

Antes de encerrar esta sessão, convoco uma extraordinária, a realizar-se 1 minuto após o encerramento desta, para votar em segundo turno os dois projetos agora aprovados: o nº 21.182/2015, de autoria do deputado Sandro Régis e do deputado Zé Neto, e o nº 21.185/2015, da deputada Ivana Bastos.

Declaro encerrada esta sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*